

DESPACHO N.º 429/JFA/2026

Considerando que:

- I. O n.º 2 do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante, LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, condiciona a celebração e renovação de contratos de aquisição de serviços para o exercício de funções públicas, na modalidade de tarefa ou avença, pelas autarquias locais, à prévia emissão de parecer favorável pelo presidente do respetivo órgão executivo;
- II. A emissão de parecer prévio favorável à decisão de contratar a aquisição de serviços na modalidade de tarefa ou avença depende, de harmonia com o previsto no n.º 1, do artigo 32.º da LTFP cumulativamente: i) da verificação do carácter não subordinado da prestação de trabalho, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público, ii) do cumprimento do regime geral de aquisição de serviços e iii) que seja comprovada pelo prestador de serviços a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social;
- III. A reorganização administrativa de Lisboa, operada pela Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, ao ter repartido competências e responsabilidades entre a Câmara Municipal e as Freguesias do concelho, elevou decisivamente a complexidade de governo das Freguesias da cidade;
- IV. Nesse âmbito a Freguesia de Alvalade tem promovido, de forma gratuita, atividades para crianças e jovens da freguesia, no âmbito das oficinas de teatro;
- V. Uma das atividades disponibilizadas tem sido o teatro, permitindo assim, ao respetivo público-alvo, o acesso a uma modalidade que visa potenciar o seu desenvolvimento, possuindo claros benefícios, tais como: socialização, autoestima, desinibição, confiança, autonomia, criatividade, noções corporais e de espaço, interesse pela leitura e memória e concentração;
- VI. O contrato que se encontrava em vigor para a prestação dos serviços em apreço terminou, tornando-se, pois, fundamental a aquisição de serviços de aulas de teatro no âmbito da aludida iniciativa;
- VII. A professora Teresa Filipa de Sá Henriques Carvalho Machado reúne as aptidões necessárias para o desempenho da atividade pretendida, tendo já prestado, com qualidade, serviços à Freguesia de Alvalade;
- VIII. O contrato a celebrar será em regime de avença, com início a 8 de outubro de 2026 e termo a 30 de junho de 2028, prevendo-se a suspensão da sua execução durante os meses de julho, agosto e setembro de 2027.

- IX. O valor estimado contratual é de €15.465,00 (quinze mil quatrocentos e sessenta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, é igual ao preço base, nos termos do n.º 1 do artigo 47.º do CCP;
- X. O valor estimado do contrato foi determinado tendo por referência os preços praticados no mercado e considerando o número de horas de aulas de teatro a lecionar, remuneradas a €22,50 (vinte e dois euros e cinquenta cêntimos) hora, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, bem como o valor de €2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta euros), por cada espetáculo temático a realizar no natal e na primavera, durante a vigência do contrato, a que corresponde o valor de €1,50 (um euro e cinquenta cêntimos) por cada criança participante nos espetáculos.
- XI. Atento o valor em causa a Junta de Freguesia deve lançar um procedimento pré-contratual por ajuste direto com fundamento no artigo 18.º e na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º, todos do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- XII. Por se tratarem de funções sem subordinação jurídica, que consistem na prestação de trabalho autónomo, não se revela adequada a constituição de uma relação jurídica de emprego público, nem, por identidade de razão, o recrutamento de pessoal em situação de mobilidade ou requalificação;
- XIII. A despesa inerente ao contrato a celebrar, em montante máximo de €15.465,00 (quinze mil quatrocentos e sessenta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, encontra-se cabimentada na classificação orgânica 05.01 e económica 02.02.16.01.10 do Orçamento da Freguesia de Alvalade para 2026, conforme documento de cabimento n.º 2026/1.1532, mapa de fundos disponíveis, ambos em anexo, prevendo-se a seguinte repartição de encargos plurianuais:
- 2026 - €3.427,50 (três mil quatrocentos e vinte e sete euros e cinquenta cêntimos);
- 2027 - €7.732,50 (sete mil setecentos e trinta e dois euros e cinquenta cêntimos);
- 2028 - €4.305,00 (quatro mil trezentos e cinco euros).

Face ao atrás exposto emito parecer prévio vinculativo favorável à “Aquisição de serviços de aulas de teatro no âmbito das oficinas de teatro e espetáculos temáticos” – processo n.º 66/AJ/JFA/2026, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LTFP, na medida em que se trata de adquirir a prestação de serviços em regime de trabalho não subordinado, para o qual é inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público.



Lisboa, 8 de outubro de 2026

O Presidente

Assinado por: **Miguel Tomás Cabral Gonçalves**
Num. de Identificação: 13348184
Data: 2026.10.08 17:20:01+01'00'